

PROCESSO Nº: 0800938-28.2017.4.05.8200 - APELAÇÃO CRIMINAL**APELANTE:** GISELDA DAS NEVES CARVALHO**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**RELATOR(A):** Desembargador(a) Federal Manoel de Oliveira Erhardt - 4ª Turma**JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1º GRAU):** Juiz(a) Federal Manuel Maia de Vasconcelos Neto**RELATÓRIO**

1. Trata-se de apelação criminal interposta por GISELDA DAS NEVES CARVALHO, em face da sentença proferida pelo Juízo da 16ª Vara Federal da Paraíba (id. 4058200.5309962), que julgou procedente a pretensão punitiva estatal, e a condenou, pela prática do crime tipificado no art. 171, § 3º, à pena privativa de liberdade de 1 ano e 4 meses de reclusão, em regime aberto, além de 13 dias-multa, sendo cada dia-multa à razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos. A pena privativa de liberdade foi substituída por duas penas restritivas de direitos, correspondentes à prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária de R\$ 1.000,00.

2. Relata a denúncia, que no dia 16 de dezembro de 2014, a acusada requereu perante o INSS benefício de pensão por morte de seu ex-marido, Edson da Silva Figueiredo, escondendo a condição de divorciada, apresentando, para tanto, certidão de casamento inválida, pois desprovida da respectiva averbação do divórcio, além de outros documentos pessoais nos quais ainda constava o seu nome de casada, tendo recebido indevidamente o benefício no período de dezembro de 2014 a outubro de 2015, acarretando prejuízo de R\$ 18.470,30 (dezoito mil, quatrocentos e setenta reais e trinta centavos).

3. Nas razões da apelação, GISELDA DAS NEVES CARVALHO, através da DPU, requer a sua absolvição, alegando atipicidade da conduta, por aplicação do princípio da insignificância, e erro de tipo por ausência de dolo (id. 4058200.5490631).

4. O membro do *Parquet* em atuação na Primeira Instância apresentou contrarrazões à apelação, requerendo a manutenção da sentença em todos os seus termos (id. 4058200.5525824).

5. No Parecer 7695/2020 a PRR5 se manifesta pelo não provimento da apelação interposta (id. 4050000.20327025).

6. Eis o relatório.

7. Remetam-se os autos ao Revisor, por se tratar de apelação criminal interposta de sentença em processo por crime a que a lei comina pena de reclusão, consoante previsto no Regimento Interno desta Corte Regional.

Recife, 30 de junho de 2020.

Manoel Erhardt

Relator

PROCESSO Nº: 0800938-28.2017.4.05.8200 - APELAÇÃO CRIMINAL**APELANTE:** GISELDA DAS NEVES CARVALHO**REPRESENTANTE:** DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**RELATOR(A):** Desembargador(a) Federal Manoel de Oliveira Erhardt - 4ª Turma**JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1º GRAU):** Juiz(a) Federal Manuel Maia de Vasconcelos Neto**VOTO**

1. Como relatado, cuida-se de apelação criminal interposta por GISELDA DAS NEVES CARVALHO, em face da sentença que a condenou, pela prática do crime tipificado no art. 171, § 3º, e do CP, à pena privativa de liberdade de 1 ano e 4 meses de reclusão, em regime aberto, além de 13 dias-multa.

2. Inicialmente, para melhor compreensão, importante transcrever histórico dos fatos narrados na denúncia:

Edson da Silva Figueiredo, interditado, teve sua curatela, até então sob a responsabilidade de GISELDA DAS NEVES DE CARVALHO, transferida para Edlene de Oliveira Figueiredo, em 07.04.2008, nos autos do processo nº 200.2006.019.899-7, pois ficou evidenciado na época que a ora denunciada na verdade não cuidava do mencionado cidadão, deixando-o em um estado execrável (graves doenças, ausência de alimentação satisfatória, absurda falta de higiene, evidentes maus tratos - ff. 52/59).

Em 12.08.2010, foi proferida sentença de divórcio litigioso entre GISELDA DAS NEVES DE CARVALHO e Edson da Silva Figueiredo, no bojo do processo nº 200.2009.044.193.8 (f. 45 v). Em 26.05.2011, foi registrada a sentença definitiva, que determinou que a ora acusada passasse a utilizar o nome de solteira, qual seja, GISELDA DAS NEVES DE CARVALHO, devendo deixar de utilizar o nome GISELDA DAS NEVES FIGUEIREDO.

Após o divórcio, Edson da Silva Figueiredo, representado por sua curadora Edlene de Oliveira Figueiredo, propôs ação de exoneração de alimentos (processo nº 20020009044204-3), em face da denunciada, sendo o seu pleito deferido em virtude da ausência do binômio necessidade e possibilidade (ff. 47/50).

Ocorre que em 02.11.2014, consoante a certidão de óbito de f. 29, Edson da Silva Figueiredo veio a falecer no Complexo Hospitalar de Mangabeira, nesta capital.

Ainda assim, GISELDA DAS NEVES DE CARVALHO, em 16.12.2014, formulou pessoalmente requerimento administrativo perante o INSS - Agência da Previdência Social em João Pessoa/Sul, postulando o recebimento de pensão por morte (fl. 25), apresentando, para tanto, certidão de casamento inválida, pois desprovida da respectiva averbação de divórcio (ff. 67, 113 e 30). Como se não bastasse, a ora acusada ofertou também à Autarquia Previdenciária documentos pessoais (RG e CPF) nos quais ainda constava o seu nome de casada (ff. 27/28).

O benefício em foco foi deferido (n.º 166.700.556-9), possibilitando à denunciada a percepção de R\$ 18.470,30 (valor sem correção monetária - tabela de f. 81), durante o período de 02.11.2014 a 31.10.2015, quando foi suspenso.

3. Feitas essas considerações, passa-se a análise do mérito do apelo, no qual a recorrente requer a sua absolvição, alegando atipicidade da conduta, por aplicação do princípio da insignificância, erro de tipo por ausência de dolo.

4. Quanto à incidência do princípio da insignificância, como causa supralegal de exclusão da tipicidade, em face da mínima ofensividade da conduta, entendo não ser aplicável à hipótese.

5. Isto porque não se deve considerar tão-somente a lesividade mínima da conduta do agente, tomada em relação ao valor indevidamente sacado, especialmente nos crimes praticados em desfavor de entidade de direito público, pois atinge mediatamente toda a população, lesando ainda a moral administrativa e a fé pública.

6. No caso, independentemente dos valores obtidos ilicitamente pela ré, é visível a reprovabilidade da sua conduta, pois sacou, por quase doze meses benefício previdenciário obtido por meio de fraude, mantendo o INSS em erro, obtendo para si vantagem financeira indevida, razão pela qual não há que se falar em aplicação do princípio da insignificância.

7. Esse entendimento está em consonância com a jurisprudência do STF e desta Corte, que consolidou a orientação no sentido de não ser possível a incidência do princípio da insignificância, independentemente dos valores obtidos indevidamente, nos crimes praticados contra a Administração Pública:

EMENTA Habeas corpus. Penal. Estelionato praticado contra a Previdência Social. Artigo 171, § 3º, do Código Penal. Princípio da insignificância. Inaplicabilidade. Elevado grau de reprovabilidade da conduta

praticada, o que não legitima a aplicabilidade do postulado. Ordem denegada.

1. A aplicação do princípio da insignificância, de modo a tornar a conduta atípica, carece, entre outros fatores, além da pequena expressão econômica do bem objeto de subtração, de um reduzido grau de reprovabilidade da conduta do agente.

2. Ainda que se admitisse como norte para aferição do relevo material da conduta praticada pelo paciente a tese de que a própria Fazenda Pública não promove a execução fiscal para débitos inferiores a R\$ 10.000 (dez mil reais) - Lei nº 10.522/02 -, remanesceria, na espécie, o alto grau de reprovabilidade da conduta praticada. Esse fato, por si só, não legitimaria a aplicabilidade do postulado da insignificância.

3. Paciente que, após o falecimento de terceiro, recebeu indevidamente, no período de junho de 2001 a fevereiro de 2003, o benefício de prestação continuada a ele devido, causando prejuízo ao INSS na ordem de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

4. Esse tipo de conduta contribui negativamente com o deficit previdenciário do regime geral, que alcança, atualmente, expressivos 5,1 bilhões de reais. Não obstante ser ínfimo o valor obtido com o estelionato praticado, à luz do deficit indicado, se a prática de tal forma de estelionato se tornar comum, sem qualquer repressão penal da conduta, certamente se agravaria a situação dessa prestadora de serviço fundamental à sociedade, responsável pelos pagamentos das aposentadorias e dos demais benefícios dos trabalhadores brasileiros. Daí porque se afere como elevado o grau de reprovabilidade da conduta praticada.

5. Segundo a jurisprudência da Corte o princípio da insignificância, cujo escopo é flexibilizar a interpretação da lei em casos excepcionais, para que se alcance o verdadeiro senso de justiça, não pode ser aplicado para abrigar conduta cuja lesividade transcende o âmbito individual e abala a esfera coletiva (HC nº 107.041/SC, Primeira Turma, de minha relatoria, DJe de 7/10/11).

6. Ordem denegada. (STF, HC 111918, Primeira Turma, Min. DIAS TOFFOLI, 29/05/2012).

PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTELIONATO QUALIFICADO. ART. 171, PARÁGRAFO 3º, DO CÓDIGO PENAL. PERCEPÇÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL INDEVIDAMENTE APÓS FALECIMENTO DO TITULAR. TIPICIDADE DA CONDUTA. NÃO APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO POR QUASE 3 (TRÊS) ANOS. EXCLUDENTE DE ILICITUDE - ESTADO DE NECESSIDADE. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO NOS AUTOS. RECURSO IMPROVIDO.

1. (...);

2. A decisão recorrida verificou que a parte ré recebeu indevidamente benefício de amparo social à pessoa portadora de deficiência, após o falecimento do titular (ocorrido em 06.05.2007), filho da acusada, no período de maio de 2007 a fevereiro de 2010, no valor total de R\$ 19.013,85 (dezenove mil, treze reais e oitenta e cinco centavos).

3. (...);

6. Não se aplica o princípio da insignificância ao caso, haja vista que o estelionato contra entidade de direito público atinge a moral, a fé pública e a coletividade, não sendo possível a sua aplicação. Precedentes do STJ: HC 180771/SP, HC 234694/SP.

(...);

13. Apelação da defesa não provida. (ACR 13505 0006375-97.2014.4.05.8100, Des. Federal Carlos Rebêlo Júnior, TRF5 - Terceira Turma, DJE - Data::04/02/2019 - P. 44 - Nº::24.)

8. Dessa forma, as peculiaridades do caso em tela não possibilitam reconhecer a insignificância da conduta. Logo, não prospera a alegação de atipicidade material da conduta por aplicação do princípio da insignificância.

9. Em sequência, requer a defesa a absolvição da recorrente por erro de tipo, por ausência de dolo, alegando que a ré, por ser pessoa humilde e de baixa instrução desconhecia a modificação de seu estado civil de casada para divorciada.

10. Afigura-se despropositada a alegação de ausência de dolo por erro de tipo quando a prova dos autos demonstra que a ré tinha plenas condições de entender o caráter ilícito de sua conduta e de comportar-se de maneira diversa.
11. Veja-se que a recorrente, em todas os processos em que foi citada, apresentou defesa, na troca de curatela, no divórcio, na desoneração da obrigação de alimentos do ex-marido, até então em seu favor.
12. No ponto, transcrevo as considerações do magistrado *a quo* trazidas na sentença:

É questão não controversa nos autos a obtenção, pela acusada, de benefício de pensão por morte de Edson da Silva Figueiredo, requerida em 16.12.2014, o qual foi pago em 11 (onze) ocasiões. Também não é questionado o fato de que o benefício era indevido, isso porque, naquela ocasião, a ré não mais era casada com Edson da Silva Figueiredo (cf. sentença ação de divórcio de 12.08.2010, a qual transitou em julgado em 25.01.2011; averbação feita em 06.06.2011) tampouco recebia pensão alimentícia (cf. julgamento de procedência de ação de exoneração de alimentos, trânsito em julgado em 05.10.2012 - proc. 200.2009.044204-3/001 - 4ª Vara de Família da Comarca da Capital).

Importante destacar, por oportuno, que a ora ré foi devidamente citada na ação de divórcio (Proc. 2002009044193-8) e na ação de exoneração de alimentos (Proc. 200.2009.044204-3/001), sendo que em ambas ofereceu contestação, tudo a revelar que estava inteiramente ciente de que, no momento em que requereu o benefício previdenciário (16.12.2014) não era mais casada com o senhor Edson da Silva Figueiredo, como também que dele não percebia pensão alimentícia.

A ré, sem nenhuma dúvida, tinha perfeito conhecimento de que não era dependente do falecido segurado, afinal dele era divorciada e não recebia pensão alimentícia, daí por que requereu, de forma ardilosa, o benefício previdenciário declarando falsamente que era casada e, para tanto, apresentou documentos defasados (certidão de casamento sem a averbação do divórcio e documentos pessoais ainda constando o nome de casada).

Afasta-se, assim, a alegação, feita pela ré, de que acreditava ainda ostentar a condição de casada, pois está demonstrado que tinha ciência (houve citação real) das duas ações movidas pelo falecido (divórcio e exoneração de alimentos), como também do resultado delas e, por evidente, não poderia ter apresentado documentos desatualizados ao INSS.

13. Destarte, ante o cenário ora apresentado, não é crível a versão da recorrente de ausência de dolo, pois não tinha ciência de seu estado civil, como acima referido, a acusada foi devidamente citada, tendo apresentado defesa nos processos em que foi parte, tendo, assim, total conhecimento de seu estado civil, de que não era mais dependente do *de cujos*, portanto, não teria direito ao benefício previdenciário de pensão por morte que solicitou.
14. Diante do exposto, nego provimento à apelação da defesa, mantendo a sentença condenatória pelos seus próprios fundamentos.
15. É como voto.

PROCESSO Nº: 0800938-28.2017.4.05.8200 - APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: GISELDA DAS NEVES CARVALHO

REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RELATOR(A): Desembargador(a) Federal Manoel de Oliveira Erhardt - 4ª Turma

JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA (1º GRAU): Juiz(a) Federal Manuel Maia de Vasconcelos Neto

EMENTA

PENAL. PROCESSUAL PENAL. ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO. ART. 171, §3º DO CPB. OBTENÇÃO FRAUDULENTE DE BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE. ESTELIONATO MAJORADO. PRINCÍPIO

DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. DOLO CONFIGURADO. ERRO DE TIPO. INOCORRÊNCIA. APELAÇÃO DA DEFESA NÃO PROVIDA.

1. Apelação criminal interposta, em face da sentença que condenou a acusada, pela prática do crime tipificado no art. 171, § 3º, e do CP, à pena privativa de liberdade de 1 anos e 4 meses de reclusão, em regime aberto, além de 13 dias-multa.
2. Relata a denúncia, que no dia 16 de dezembro de 2014, a acusada requereu junto ao INSS benefício de pensão por morte de seu ex-marido, escondendo a condição de divorciada, apresentando, para tanto, certidão de casamento inválida, pois desprovida da respectiva averbação do divórcio, além de outros documentos pessoais nos quais ainda constava o seu nome de casada, tendo recebido indevidamente o benefício no período de dezembro de 2014 a outubro de 2015, acarretando prejuízo de R\$ 18.470,30 (dezoito mil, quatrocentos e setenta reais e trinta centavos).
3. *Não se aplica o princípio da insignificância ao caso, haja vista que o estelionato contra entidade de direito público atinge a moral, a fé pública e a coletividade, não sendo possível a sua aplicação. Precedentes do STJ: HC 180771/SP, HC 234694/SP.*
4. Despropositada a alegação de ausência de dolo por erro de tipo quando a prova dos autos demonstra que a ré tinha plenas condições de entender o caráter ilícito de sua conduta e de comportar-se de maneira diversa.
5. A recorrente foi devidamente citada na ação de divórcio e na ação de exoneração de alimentos, sendo que em ambas ofereceu contestação, tudo a revelar que estava inteiramente ciente de que, no momento em que requereu o benefício previdenciário não era mais casada com o senhor Edson da Silva Figueiredo, como também que dele não percebia pensão alimentícia. Portanto, tinha perfeito conhecimento de que não era dependente do falecido segurado, afinal dele era divorciada e não recebia pensão alimentícia, daí por que requereu, de forma ardilosa, o benefício previdenciário declarando falsamente que era casada e, para tanto, apresentou documentos defasados (certidão de casamento sem a averbação do divórcio e documentos pessoais ainda constando o nome de casada).
6. Dolo evidenciado, pois, dúvidas não existem de que a ré, livre e conscientemente, induziu e manteve em erro a Autarquia Previdenciária obtendo vantagem ilícita, se subsumindo, sua conduta, ao previsto no art. 171, § 3º do CP, devendo também ser afastada a tese de erro de tipo.
7. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de ACR 0800938-28.2017.4.05.8200, em que são partes as acima mencionadas, ACORDAM os Desembargadores Federais da Quarta Turma do TRF da 5a. Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, nos termos do relatório, voto e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Recife, de julho de 2020.

Manoel de Oliveira Erhardt

Relator



Processo: **0800938-28.2017.4.05.8200**

Assinado eletronicamente por:

MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT - Magistrado

Data e hora da assinatura: 31/07/2020 16:12:34

Identificador: 4050000.21815018



20073115450003800000021779169

Para conferência da autenticidade do documento:

<https://pje.trf5.jus.br/pjeconsulta/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>